



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR**

Processo nº: **0003154-84.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Injúria**  
 Documento de Origem: **TC, OF, BO - 080/2017 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos, 626/2017 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos, 900063/2017 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Autor do Fato: **ROSANA CRISTINA DE FARIA DURVAL**  
 Vítima: **BRUNA LUANA DE SOUZA FARIAS**

Aos 26 de abril de 2017, às 14:03h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência preliminar** em que figura como autora do fato ROSANA CRISTINA DE FARIA DURVAL. Presente a Drª **Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira – Promotora de Justiça**. Apregado o processo verificou-se o comparecimento da autora dos fatos, acompanhada de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. Presente a vítima, acompanhada de defensor, o Drº **ALLAN DA SILVA RODRIGUES – OAB 292517/SP**. **Não houve reconciliação e nem acordo civil.** Pela vítima foi dito que **DESEJAVA REPRESENTAR** contra a autora do fato. A seguir, tratando-se de ação penal privada, a querelante propôs a aplicação imediata da pena de prestação pecuniária no valor de R\$50,00 (cinquenta reais). **Pela autora da infração e defensor foi dito** que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. **Pelo MM. Juiz foi dito:** “Vistos. A querelante propôs a aplicação imediata da prestação pecuniária no valor de R\$50,00 (cinquenta reais). Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos legais previstos na Lei 9.099/95, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO e aplico a autora do fato a pena prestação pecuniária no valor de R\$50,00 (cinquenta reais), **mediante depósito em conta judicial 3500125617069, na agência 5965-X do Banco do Brasil S.A., nos termos da resolução do CNJ. Efetuado o depósito, expeça-se alvará de levantamento.** A prestação deverá ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias”. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida as anotações. A presente decisão não deverá constar de certidão de antecedentes criminais, observando-se a aplicação do artigo 76, §4º e 6º, da Lei 9099/95. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor(a):



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Defensor Público:

Autora:

Vítima:

Defensor da vítima: